

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-4-2024.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24 (Processo nº 0195/24), de autoria de Giovanni Culau e Coletivo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 112/24 (Processo nº 0226/24) e o Projeto de Resolução nº 031/24 (Processo nº 0248/24), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/24 (Processo nº 0174/24), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 095/24 (Processo nº 0196/24), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 130/24 (Processo nº 0249/24), de autoria de Biga Pereira; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 099 e 133/24 (Processo nºs 0206 e 0259/24, respectivamente) e o Projeto de Resolução nº 035/24 (Processo nº 0258/24), de autoria de Claudio Janta; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 128/24 (Processo nº 0246/24), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Mauro Pinheiro, presidindo, registrou o comparecimento de Sérgio Belmonte, pároco da Paróquia São Jorge, que se pronunciou, convidando para a 71ª Festa de São Jorge, a ser realizada no dia vinte e três de abril do corrente. Mauro Pinheiro, presidindo, concedeu a palavra a Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Biga Pereira e Cláudia Araújo, que se manifestaram sobre o assunto tratado por Sérgio Belmonte. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e dois minutos às quatorze horas e trinta e sete minutos. Foi apregoado Requerimento firmado por Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias oito e nove de abril do corrente. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Sérgio Luiz Bittencourt, Presidente da Associação dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul (AEPPP/RS), que se pronunciou acerca dos sessenta anos do Golpe Militar. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro e Giovanni Culau e Coletivo, presidindo; Jussara Cony, ex-deputada estadual; Raul Carrion, ex-deputado estadual; Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Lino Brum, irmão de Cilon Cunha Brum;

Solon Eduardo Annes Viola, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; e Stefan Guimarães Emerim, advogado. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pedro Ruas. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Biga Pereira, Airoto Ferronato, Márcio Bins Ely, Adeli Sell, Jonas Reis e Lourdes Sprenger, manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezesseis minutos às quinze horas e vinte e um minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Biga Pereira. Ainda, em GRANDE EXPEDIENTE, Adeli Sell manifestou-se, em tempo cedido por Eng^o Comassetto. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airoto Ferronato, Lourdes Sprenger, Karen Santos e Pablo Melo. Foram aprovados Requerimentos verbais, formulados por José Freitas, presidindo, solicitando alterações na ordem dos trabalhos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a sessão, os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 006 e 007/24; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 744 e 758/23 e 092, 097, 098, 107, 127 e 134/24; os Projetos de Resolução n^{os} 003, 025, 030 e 034/24; e, em 2^a sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 328/21 e 012, 028, 071 e 087/24; e os Projetos de Resolução n^{os} 026 e 027/24. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Jonas Reis e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento, formulado por Aldacir Oliboni e colocado em votação por José Freitas, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Idenir Cecchim, este em tempo cedido por Pablo Melo. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por José Freitas, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo n^o 459/21 (Processo n^o 1069/21) e a priorização, com apreciação imediata, do Projeto de Lei do Legislativo n^o 573/23 (Processo n^o 0964/23). Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Giovani Culau e Coletivo, solicitando o adiamento, por três Sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 024/21 (Processo n^o 0548/21). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 573/23 (Processo n^o 0964/23), após ser discutido por José Freitas, Adeli Sell, Conselheiro Marcelo e Claudio Janta. Foi apregoada a Emenda n^o 04, de autoria de Alvoni Medina e José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 573/23. Foi apregoada a Subemenda n^o 01, de autoria de Alvoni Medina e José Freitas, à Emenda n^o 01 ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 573/23. Foi apregoada a Emenda n^o 01, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 159/18 (Processo n^o 1355/18), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Tiago Albrecht, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi rejeitado Requerimento verbal, formulado por Claudio Janta, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo n^o 573/23, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Pablo

Melo e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi declarada nula por falta de quórum deliberativo a votação da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 573/23, por quatorze votos SIM, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Às dezessete horas e dez minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, e nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Giovanni Culau e Coletivo, Engº Comassetto e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje temos o comparecimento da Paróquia São Jorge de Porto Alegre, que tratará da 71ª Festa de São Jorge. Convidamos a fazer uso da tribuna o padre Sérgio Belmonte, pároco da igreja.

SR. SÉRGIO BELMONTE: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; senhor Ver. Pedro Ruas, grande amigo de São Jorge, que propôs este momento. Pela nona vez eu estou aqui na Casa dos representantes do nosso povo da cidade de Porto Alegre para apresentar, anunciar e convidar a todos e a cidade inteira para a 71ª Festa de São Jorge. Este ano com um lema muito especial, já que os bispos católicos do Brasil escolheram para a Campanha da Fraternidade o tema Fraternidade e Amizade Social, nós também cunhamos como tema para a nossa festa deste ano o seguinte lema: Amigos de São Jorge, com fé, amor e igualdade vivendo na verdade. A devoção a São Jorge busca essa amizade social porque amizade social é um grande valor, especialmente da parte da população negra, descendentes de africanos de Porto Alegre, que é grande e mantém viva a fé nos seus antepassados, o que no nosso Brasil gerou o sincretismo. Por isso que no dia 23 teremos também, na Festa São Jorge, no dia dedicado a ele, e depois também do dia 28, uma atenção muito especial para essa relação de amizade entre as religiões, especialmente porque produz paz. No dia 23, às 19h30min, teremos um ato inter-religioso durante a Festa São Jorge. Iniciamos neste ano para se tornar tradição, como na Igreja do Bonfim, na Bahia, a purificação e a lavagem das escadarias da igreja. Junto com a religião de matriz afro, nós e eles fazendo esse ato de paz, de amizade, religioso. E aqui eu queria citar as palavras do Papa Francisco sobre essa amizade entre as pessoas, e especialmente

entre as pessoas que professam diversas religiões. Ele diz assim: “Eu quero lembrar a importância do respeito pela liberdade religiosa, considerado um direito humano fundamental. A liberdade de escolher a religião que se crê verdadeira e de manifestar publicamente a própria crença”. Como crentes, sentimo-nos próximos também de todos aqueles que, não se reconhecendo parte de qualquer tradição religiosa, buscam sinceramente a verdade, a bondade, a amizade e a beleza, que, para nós, tem a sua máxima expressão. E é para isso que a igreja de São Jorge existe em Porto Alegre, eu creio nisso, para produzir em Porto Alegre, na igreja de São Jorge, especialmente, numa festa que reúne mais de 100 mil pessoas, a amizade entre todos. Não importando a religião, não importando o time de futebol, não importando a ideologia política, não importando a classe social, a raça, a cor, apenas a amizade entre pessoas. Isso é muito bonito, e é para isso que nós convidamos a todos, especialmente aqui, na Casa dos representantes do nosso povo, a Câmara Municipal. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convido o padre Sérgio para fazer parte da Mesa. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Casa e dos trabalhos. Meus caros guerreiros do andor, que trazem aqui para a honra desta Casa, orgulho nosso, os guardiões da fé e, nesse caso, do simbolismo de São Jorge. Meu prezado padre Sérgio Belmonte, homem que detém a Comenda Farroupilha, a maior que o Estado pode oferecer. O seu trabalho, padre Sérgio, como de resto o trabalho de toda a igreja São Jorge, é um modelo e um exemplo para Porto Alegre, para todo o Estado e para o País. A grande procissão de São Jorge, para todos nós, é motivo de orgulho. Eu quero me manifestar neste momento apenas para dizer isso: vocês fazem um trabalho que nos emociona, e o senhor é o comandante de tudo isso. Parabéns, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saúdo V. Exa. e saúdo também o nosso visitante de hoje, padre Sérgio Belmonte, que é o pároco da Igreja São Jorge. Ele traz aqui não só a imagem de São Jorge, nosso santo guerreiro, como também uma grande equipe que trabalha diuturnamente na comunidade em prol não só do fortalecimento da fé das pessoas, mas também da doação e da devoção a São Jorge. Além disso, realizam um trabalho pastoral e assistencial com as comunidades próximas, o que orgulha a todos nós. Muitas vezes, o poder público não consegue visualizar essa enorme dimensão que têm os seus parceiros, que não pedem recursos e que fazem, por si só, uma política de acolhida e de solução para problemas. Isso muitas vezes é um bate-papo com o pároco, com o padre, mas também com alguém da comunidade para fortalecer a sua fé, a sua crença ou a sua devoção a São Jorge. Nós percebemos que essa festa, além

de estar no calendário da cidade e do Estado, movimenta milhões de pessoas, que por sua vez veem em São Jorge a possibilidade não só de alcançar sua graça, sua cura, porque queira ou não, nós cidadãos percebemos isso e somos testemunhas dessa fé. Ao oferecer esse grande evento, padre Sérgio, tu estás trazendo para si mesmo uma enorme responsabilidade. Por isso, tens o apoio de tantos vereadores, do poder público, para fazer desse evento um evento para todo mundo, onde ali tem inúmeras atividades. Dentre elas, no dia 23, a procissão luminosa; e no dia 28, a grande procissão, que acontece num domingo, para possibilitar a todos essa grande caminhada de sacrifício. Portanto, bem-vindo à nossa querida Câmara, bem-vindo à nossa querida Porto Alegre. Parabéns pelo seu trabalho e também para todos os paroquianos que lutam por isso. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro Pinheiro, quero saudar o padre Sérgio Belmonte, quero parabenizar todos vocês. A festa de São Jorge, em Porto Alegre, é uma festividade espetacular, padre. Meus parabéns, acolhe muito bem, não só aquela comunidade, mas acolhe toda a Porto Alegre, já é identificado com a cidade. Sempre lembrando os trabalhos sociais que vocês apresentam durante o ano, isso é maravilhoso! Inclusive todo mundo pensa que eu sou o Cassiá, não, eu sou o Jorge, Jorge Antônio Dornelles Carpes, Cassiá é apelido. Quero lembrar sempre, mas como eu tenho esse apelido desde pequeno, nem a minha família sabe o meu nome. Então, padre, meus parabéns, conta com a gente aqui. Se precisar alguma coisa, estamos à disposição. Os vereadores são muito receptivos a esse trabalho maravilhoso que vocês fazem. Parabéns! Aqui a maioria é de mulheres, 5 contra 3, e isso prova o trabalho maravilhoso que vocês fazem junto com os homens, não tem divisão, não tem prioridade, a prioridade é a cidade de Porto Alegre. São Jorge é aquela festa maravilhosa que vocês fazem. Parabéns a todos, contem conosco. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, quero saudar o nosso pároco da comunidade São Jorge, e dizer, padre Sérgio, que essa festa é motivo de orgulho para todos nós, uma festa que faz parte da cultura de todo porto-alegrense e toda porto-alegrense. Certamente estaremos lá, quiçá, a Manuela já esteja de volta, porque ela participa desta comunidade São Jorge. Nós agradecemos muito que vocês estão aqui hoje nos convidando, situando essa festa em que alegra o nosso coração, a nossa alma também. Parabéns, ogunhê meu pai.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, quero cumprimentar o padre Sérgio. Parabenizar pelo trabalho que o senhor realiza à frente da Igreja São Jorge, cumprimentar as nossas amigas e amigos devotos de São Jorge, que ele esteja sempre à nossa frente nos guiando e nos protegendo. São Jorge na igreja católica; Ogum na umbanda. Sou umbandista de coração, de alma, e desejo que São Jorge ilumine a todos que estão enfermos, como meu marido que está no hospital, e nós pedimos essa bênção e essa graça que São Jorge, que o pai Ogum esteja à frente dos trabalhos, trazendo a cura. Isso na verdade é o grande incentivo da igreja católica, trazer a diversidade como o senhor faz dentro da Igreja São Jorge, receber católicos, umbandistas, seja quem for, porque Deus é um só. A força e energia do grande Pai não importa o nome que tu chames; importa é que tu tenhas o coração aberto para receber as graças do nosso Pai maior. Que ele esteja iluminando a todos nós. Muito obrigada, e parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Agradecemos a presença do padre Sérgio Belmonte, pároco da Igreja São Jorge, junto com a sua comitiva. Essa já é uma festa, padre, que não é mais uma festa da Igreja São Jorge, é uma festa da cidade de Porto Alegre. Então, parabéns por mais esse evento. Tenho certeza que vai ser um sucesso e a nossa cidade é quem ganha com isso. Em nome de da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre, nós agradecemos a todos os organizadores desse grande evento. Parabéns, obrigado. (Palmas.)

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h32min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h37min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias 8 e 9 de abril de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Ex-Presos e Perseguidos

Políticos do Estado do Rio Grande do Sul (AEPPP/RS), que tratará de assunto relativo os 60 anos do Golpe Militar. Convidamos a compor a Mesa a Sra. Jussara Cony, ex-vereadora e ex-deputada estadual; o Sr. Raul Carrion, ex-vereador e ex-deputado estadual; o Sr. Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; o Sr. Lino Brum, sucessor de preso político; o Sr. Solon Eduardo Annes Viola, professor de história; o Dr. Stefan Guimarães Emerim, advogado de presos políticos, e o Sr. Sérgio Luiz Bittencourt, presidente da AEPPP/RS, que está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. SÉRGIO LUIZ BITTENCOURT: Obrigado, Presidente, eu quero só fazer um breve registro antes de começar o pronunciamento, porque hoje, dia 15 de abril, está fazendo um ano que nós reativamos a Associação, reformamos os estatutos e elegemos uma nova diretoria, por isso eu quero fazer o cumprimento. No dia de 1º de abril de 1964, terminando com as garantias civis e políticas da Constituição de 1946, procurava uma recomendação de ordem capitalista na sociedade brasileira, criando um forte mercado interno, através da cooptação de setores da classe média, excluindo deste processo a grande maioria da sociedade brasileira. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração de renda e desnacionalização da economia. O golpe começou a tomar forma no ano anterior com setores do empresariado nacional que articularam o radicalismo de direita em estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e recursos financeiros. Em 1º de abril, se concretizou o golpe militar. Nas últimas horas desse dia, com o Presidente Jango em Porto Alegre, o senador Auro de Moura Andrade, vice-presidente do Congresso Nacional, declarou a vacância da presidência da República, empossando o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, como Presidente da República. A posse durou 90 segundos e encerrou-se a sessão. O Presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, telegrafou imediatamente a Mazzilli e o felicitou pela sua investidura na presidência da República. O ato institucional baixado pelos ministros militares da nova ordem: estabelecer eleição indireta para Presidente da República; autorização para que o Presidente pudesse cassar mandatos e direitos políticos por 10 anos; suspensão por seis meses das garantias constitucionais. Começou cassando mais de 100 figuras do cenário político brasileiro, entre eles o Presidente Goulart, que abria a lista de cassações, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes. As primeiras medidas do Marechal Castelo foram a anulação de todas as medidas do governo Jango e a implantação de um modelo econômico sustentado num forte arrocho salarial. Eleito para cumprir o mandato do Presidente Jango, que iria até 31 de janeiro de 1966, Castelo teve seu mandato prorrogado até o dia 15 de março 1967. Em outubro de 1965, Castelo Branco baixa novo Ato Institucional concentrando maiores poderes na mão do Presidente, entre os quais competência para a justiça militar julgar civis, e extinguiu todos os partidos, implantando o bipartidarismo, criando a Arena e o MDB. Em 15 de março de 1967, Castelo passa a presidência ao Marechal Artur da Costa e Silva com uma nova Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967. O governo Costa e Silva será

lembrado pela grande mobilização da sociedade contra a ditadura, como as mobilizações pela morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro; e a mobilização, em junho do mesmo ano, numa passeata de 100 mil pessoas, liderada por estudantes, com a participação de operários, profissionais liberais, donas de casa, políticos e artistas. Em dezembro, após a negativa do Congresso Nacional em dar licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, Costa e Silva edita o Ato Institucional nº 5, escancarando a ditadura. O AI-5 acabava com o *habeas corpus* para crimes políticos, dava poderes ao Presidente para fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores; decretar intervenção em estados, territórios e municípios; cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; decretar confisco de bens. Era o golpe dentro do golpe, afastando a direita liberal golpista. A partir deste momento, se modifica o perfil da ditadura. Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva sofre uma trombose cerebral e fica temporariamente impedido de concluir o governo. Reunido no Rio de Janeiro, o Alto Comando das Forças Armadas editou o Ato Institucional nº 12, pelo qual uma junta militar formada pelos ministros Aurélio de Lyra Tavares, do Exército; Márcio de Souza Melo, da Aeronáutica; e Augusto Rademaker Grünewald, da Marinha; assume interinamente a presidência da República. O Vice-Presidente Pedro Aleixo é preso ao ser impedido de assumir a presidência. O mais obscuro dos generais de quatro estrelas, general Emílio Garrastazu Médici, assume a presidência da República em 30 de outubro, eleito por um colégio eleitoral formado pelos oficiais do Alto Comando das Forças Armadas. Durante o governo Médici, a ditadura foi sustentada pela mais cruel repressão política de todos os tempos, pela mais ferrenha censura, por uma maciça propaganda e pela atração de capitais estrangeiros, crescendo de forma descomunal a nossa dívida externa, o chamado milagre econômico. Ernesto Geisel assume a presidência em 15 de março de 1974, num contexto de dificuldades na economia provocado pela crise internacional do petróleo, prometendo uma abertura política lenta e gradual. Nas eleições de novembro do mesmo ano, o MDB impingiu à ARENA uma humilhante derrota, elegendo senadores em 16 unidades da federação, então composta por 24 estados. A sociedade começava a demonstrar o seu descontentamento, e a oposição à ditadura encontrava no MDB um instrumento para a sua organização. As mortes do jornalista Vladimir Herzog no DOPS em outubro de 1975 e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI em janeiro de 1976 escancaram a luta interna da ditadura entre o Presidente Ernesto Geisel, e a sua proposta de uma abertura lenta e gradual, e o ministro do Exército general Sylvio Frota, identificado com a comunidade de informações. Nesse processo, Geisel exonerou o comandante do 2º Exército, o general Ednardo D'Ávila Mello e, em outubro de 1977, exonera o ministro do Exército Sylvio Frota e indica, como seu sucessor à presidência, o general João Figueiredo. Em 1º de janeiro de 1979, após 10 anos, o Ato Institucional nº 5 é extinto, Figueiredo assume a presidência em março, com um País mobilizado pela redemocratização. Em agosto, pressionado pela sociedade, promulga a [Lei da Anistia](#) e promove a reforma partidária, em que são extintos a ARENA e o MDB. Nas eleições de 1982, a primeira para

governadores em 20 anos, a oposição elege governadores em 10 estados, entre eles: São Paulo, com Franco Montoro; Minas Gerais, com Tancredo Neves; e Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. Apesar da memorável campanha pelas Diretas Já, com comícios reunindo milhares de pessoas, chegando a um milhão no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1984, a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que estabelecia eleição direta para a presidência da República, foi derrotada em 25 de abril de 1984. Em 15 de janeiro de 1985, encerrou-se o ciclo de quase 21 anos de ditadura militar pela eleição de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional, inaugurando-se o período da Nova República. O tempo da ditadura militar foi o tempo mais cruel, mais bárbaro e mais desumano de todos os tempos da história brasileira. Foi na ditadura que se exportou a tecnologia da tortura, estabeleceu tratado de cooperação com países do Cone Sul, para prender, torturar, matar e desaparecer pessoas, criando terrorismo de estado transnacional, através da operação Condor. Foi a ditadura militar que ajudou, com sua experiência e orientação, os golpes em países de histórica tradição democrática, como o Chile e o Uruguai. Nos tempos da ditadura foi que surgiu a figura do desaparecido político. Foram tempos de delação, tempos de censura, tempos de medo. Os últimos dias do Presidente João Goulart foi perambulando nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e nas fronteiras do Brasil com a Argentina, como um peão que perdeu o caminho da estância, e voltou ao Brasil morto. Dez mil brasileiros foram exilados; 7.387 acusações por subversão foram formalizadas; 4.682 pessoas foram cassadas em seus direitos políticos; e 434 brasileiros foram mortos e desaparecidos. Mas também foram tempos de heroísmo, heroísmo daqueles que combateram a ditadura.

Eu sou de uma de geração que foi condenada a pegar em armas, por falta de outra opção política. Consumimos os verdes anos da nossa juventude na clandestinidade e nas prisões. E muitos de nós morreram, desapareceram em alguma delegacia, ou campo de pouso, ou num quarto de hotel, em alguma rua deste País, ou até mesmo em algum país vizinho, ou em algum sítio clandestino montado como uma sucursal do inferno para torturar, matar e desaparecer. Também houve o heroísmo dos artistas, que através de suas músicas, peças teatrais, filmes, charges, denunciaram a barbárie. Minha homenagem à classe artística na figura do preso político, por duas vezes, Ziraldo Alves Pinto.

Por fim, considerando que os crimes da ditadura militar ainda não estão devidamente esclarecidos, os reflexos se fazem sentir sobre a sociedade. A sonegação de informações aos familiares dos desaparecidos políticos na luta contra a ditadura, sob as circunstâncias em que se deram os desaparecimentos, é uma infâmia a impedir que o Brasil se reencontre como nação.

Este pronunciamento é dedicado ao Dr. Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre; Dr. Ajadil de Lemos, vice-prefeito de Porto Alegre; aos vereadores Alberto Schroeter, Hamilton Chaves, Dilamar Machado, Índio Brum Vargas, Glênio Peres e Marcos Klassmann. Com essa dedicatória homenageei todos os parlamentares que, como eles, tiveram seus direitos políticos cassados no exercício de seus mandatos. Muito obrigado. (Palmas.)

(O Ver. Giovanni Culau e Coletivo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sr. Sérgio Bittencourt, na mesma oportunidade em que o parabênzido pela manifestação que fizeste, te convido a voltar a compor a Mesa e compartilho a minha alegria em assumir a presidência dos trabalhos neste momento tão importante de Tribuna Popular da Associação de Ex-Presos e Perseguidos Políticos pela ditadura, fazendo a justa denúncia dos 60 anos do golpe. É um momento bastante especial, e eu, de imediato, convido o Ver. Pedro Ruas – da bancada do PSOL – para fazer sua manifestação, e ele também utilizará, desde já, o seu tempo de liderança.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Giovanni Culau, o mais jovem integrante desta Casa que, para nossa honra, preside este momento da sessão; Ver.^a Biga Pereira, que também está ali; presidente Sérgio Bittencourt, da Associação de Ex-Presos e Perseguidos Políticos; querida Jussara Cony, ex-vereadora, deputada; Raul Carrion, na mesma condição; comandante Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; meu caro Lino Brum, amigo do coração, lutador de sempre; Solon Viola, que nos inspira permanentemente com sua inteligência aguda e sua histórica coragem; meu jovem Stefan Emerim, que, com seu trabalho e juventude, tem feito muita diferença para a nossa Associação; vereadoras e vereadores; eu tenho dito, Bittencourt, que a ditadura começou violenta e logo se tornou extremamente cruel. A violência se verificou aqui na Base Aérea de Canoas, a partir da base aérea, – não é, Jair Krischke? –, porque o local da morte do coronel Alfeu Monteiro foi no quartel-general, exatamente. Ele comandava a Base Aérea de Canoas, Alfeu de Alcântara Monteiro. Eu, quando criança, tive a honra de conhecê-lo, era amigo do meu pai, ele tinha um fusca, nunca me esqueço. No dia 4 de abril de 1964, negando-se a entregar a Base Aérea de Canoas aos golpistas, dizendo que só entregaria a quem o nomeou, que foi o Presidente João Goulart, o coronel foi levado ao QG do Exército e ali foi assassinado, mais de 40 tiros ao todo. Então, a ditadura começou de forma extremamente violenta, e a prova está aqui, foi no Rio Grande do Sul que essa violência começou aparecendo de forma fatal, porque lá o Gregório Bezerra, lá em cima, tinha sido barbaramente torturado, mas não tinha morrido graças à sua compleição e capacidade física, já no dia 1º de abril, que é o dia do golpe. E ela se torna cruel também aqui – também aqui! Ou seja, o começo do que se conhece das crueldades, do interrogatório sob tortura, da tortura por tortura e das mortes, aqui, na clandestinidade da ditadura. Ou seja, a ditadura ainda com algum prurido de usar o DOPS, para tortura e morte, aluga o que alguns chamam de “dopinha” – o Jair Krischke coloca sempre que é “dopinho”, mas é na Rua Santo Antônio, nº 600. Ali foi preso e torturado, Solon, Lino, Raul, Jussara, Bittencourt, por exemplo, o sargento Manuel Raymundo Soares, tão torturado que, pouco tempo depois, aparece com as mãos amarradas, sem vida, no rio Jacuí. Um caso famoso, emblemático, que gerou até uma CPI na Assembleia Legislativa, cujos

documentos todos desapareceram – todos desapareceram! Nós fomos deputados lá e nunca conseguimos achar esses documentos – a Jussara, o Raul e eu. Não existem esses documentos. Esse período bárbaro da nossa história, mortes, cassações, perseguições, medo... Eu abro um parêntese, porque parece jocoso o que eu vou contar, porque a figura que a contava sofreu muito, contava essa história, sofreu essa história, mas ele dá a medida sobre o que nós estamos falando. Um dia me diz o Índio Vargas – Índio Brum Vargas –, e o Bittencourt salientou aqui os seis vereadores cassados, o Alberto Schroeder, o Índio Vargas, o Dilamar Machado, o Marcos Klassmann, o Glênio Peres... tem mais um, daqui a pouco eu me lembro. E o Índio me disse assim, Jair: “Eu pensei...” Apanhava, há um mês ele apanhava no DOPS e não sabia por quê. Ele diz assim: “Eu pensei, quando trocasse o plantão da tortura, em negociar com o novo torturador. Eu diria assim: o senhor quer saber algo de mim e eu estou apanhando para dizer, mas eu não sei o que o senhor quer saber. Então, o senhor me conta e eu lhe digo, daí não preciso apanhar.” Diz o torturador: “Eu não quero saber nada de ti, terrorista, isso é uma guerra, e guerra é guerra, eu ganhei e tu perdeste. Tu podes falar o que tu quiseres, não me interessa, eu vou te torturar por 8 horas, que é o meu plantão.” Então, muitas vezes, a tortura não era o método somente – e já seria brutal, inaceitável – da busca de alguma informação, não; esses sádicos, bandidos, usavam a tortura porque gostavam de torturar. E os empresários, como o presidente da Ultragaz e outros tantos – o presidente da Ultragaz financiou operação Oban. Esse golpe que foi cívico, midiático, empresarial, americano, militar – porque ele é um todo, é um combo de conspiração contra a democracia e contra o Presidente João Goulart – encontrou em bravas figuras a resistência. Para que pudéssemos estar hoje aqui nesta tribuna dizendo isso, muitas pessoas perderam seu patrimônio, seu emprego, sua liberdade, sua integridade física e sua vida. A eles, todo o nosso tributo! Como fez o Bittencourt, eu também gostaria de citar a figura do Paulo Stuart Wright, de AP, para simbolizar esses mortos e torturados; bem como Cilon da Cunha Brum, na mesma medida, assassinado há 50 anos no Araguaia. Eu quero encaminhar a conclusão, Presidente, agradecendo esse tempo, mas agradecendo a essas mulheres e a esses homens de cabelos brancos. Cabelos brancos, mas esses cabelos embranqueceram – porque eles não nasceram brancos – na luta, no enfrentamento, na busca de um Brasil maior, democrático e socialmente justo. Meus parabéns a vocês, é um orgulho conhecer cada uma e cada um pessoalmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Giovanni Culau, neste momento presidindo os trabalhos, que me dá orgulho e é motivo de emoção inclusive. Quero cumprimentar aqui o Sérgio Bittencourt, presidente da Associação de Ex-Presos e Perseguidos Políticos; a minha camarada Jussara Cony, nossa ex-vereadora e ex-deputada; o também ex-vereador e ex-deputado Raul Carrion; o senhor Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; o meu querido amigo Lino

Brum, sucessor de preso político; o professor Solon Viola; e o Stefan Emerin, advogado dos ex-presos políticos. Quero dizer, Sérgio, que vou te entregar em seguida um projeto que o Ver. Giovanni Culau e eu protocolizamos nesta Casa denominando um logradouro de Porto Alegre com o nome de Tenente-Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro. (Palmas.) Esse que foi o primeiro morto pelo regime militar, exatamente por impedir que o Palácio Piratini e a Praça da Matriz fossem bombardeados pelos jatos da base militar de Canoas. Destaco que mais de 6.500 militares legalistas e democratas foram punidos, presos, torturados e mortos por defenderem a Constituição e o estado democrático de direito, dentre os quais Alfeu Monteiro; também Manoel Raymundo Soares, o sargento de mãos atadas, amarradas; Carlos Lamarca e tantos outros. Quero registrar que isso mostra que a luta não foi entre civis e militares, foi entre democratas e fascistas. Por isso, nós aqui recebemos vocês para lembrar a todos e a todas dessa história para que ela nunca mais aconteça. Muito obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Venho falar sobre este nosso belo e apropriado momento que estamos vivendo aqui na Câmara. Quero saudar o querido amigo Ver. Giovanni Culau, jovem que preside a sessão, e, ao saudar a ex-vereadora Jussara Cony e o ex-vereador Raul Carrion, quero registrar a importância de ter estado com vocês aqui na Câmara, meus sempre amigos e vereadores, com quem já tivemos a oportunidade de trabalhar juntos. Depois, tanto a Jussara quanto o Carrion partiram para a Assembleia Legislativa, mas continuam como nossos vereadores. Saudar o amigo Jair Krishcke pela presidência do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; o Lino Brum, sucessor de preso político; Solon Viola, professor de história; e o Dr. Stefan Guimarães Emerin, advogado de presos políticos. Saudar também a Biga Pereira, que está fazendo parte da Mesa, nossa vereadora, e o amigo de longa data Sérgio Luiz Bittencourt. Para nós da Câmara, é um momento ímpar para refletirmos aquilo que participamos e convivemos, como falou a Biga, do cabelo branco. Ainda com os cabelos pretos, isso ao longo da ocorrência da passagem da nossa história do nosso País, e aquele momento de ditadura foi algo, um acontecimento cruel que nos fez acompanhar aqueles momentos, inclusive muito junto com os nossos pais, fervorosos defensores da democracia brasileira.

Portanto, saudando vocês que estão conosco, que lutaram intensamente por essa causa, nós trazemos uma homenagem a Porto Alegre e trazemos também uma homenagem aos nossos quase todos falecidos pais, que lutaram contra essa ditadura. Parabéns, cumprimentos, estamos juntos e bom revê-los aqui conosco nesta tarde. Obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Giovani Culau, presidindo os trabalhos junto com a Ver.^a Biga, permita-me fazer uma saudação muito especial à nossa ex-vereadora e ex-deputada Jussara Cony. Saúdo também nosso ex-vereador e ex-deputado Raul Carrion; Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Lino Brum, sucessor e preso político; Solon Viola, professor de história; Dr. Stefan Guimarães Emerim, advogado de presos políticos; e o querido Bittenc, nosso orador. Quero registrar em meu nome e em nome do Ver. João Bosco Vaz que alguns nomes citados dos vereadores cassados à época eram vereadores do PDT. Nossa Associação de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul e esta tribuna alusiva aos 60 anos do golpe militar, precisamos lembrar para que não esqueçam do que aconteceu e para que não aconteça de novo. A gente sabe que a nossa democracia ainda é muito recente e muito frágil, como ocorre, acredito eu, em muitos países mundo afora, onde muitas vezes a democracia aflora, mas depois ela retrocede. Isso faz parte da história da humanidade, e nós precisamos ficar atentos para que isso também não aconteça no nosso País. Cumprimentos, muito oportuno esse registro através desta Tribuna Popular, fica o nosso agradecimento e o nosso registro em nome da liderança da bancada do PDT. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Para mim, é gratificante vê-los todos aqui, visitantes, conhecidos, amigos de lutas, de tantas lutas que vossas senhorias travaram e que nós travamos. Quero dizer que sofri duas prisões na Polícia Federal, quatro no DOPS e eu sou anistiado pela Lei de Segurança Nacional por uma simples ajuda numa greve, já em 1979. Já em 1979, imaginem como era antes disso a tortura e as mortes aqui relatadas. Por isso que democracias morrem, matadas, assassinadas, por ditaduras que vêm com força no passado, e agora novamente isso está acontecendo em vários lugares do mundo. Por isso, é muito importante não apenas ter este momento aqui, mas a continuidade deste momento. São 60 anos do golpe, alguns fóruns já foram realizados, outros tantos vão se realizar, mas a minha preocupação também é fazer com que esta discussão vá para as salas de aula, vá para a periferia, porque a memória é tudo e antes de tudo é memória. Jair, um abraço, porque eu acho que, com o teu nome, eu consigo cumprimentar a todos e todas aqui. Valeu a luta.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O Ver. Jonas Reis está com palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero cumprimentar os vereadores Giovani Culau, Biga Pereira, por essa importante proposição à Associação de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul; cumprimento a Sra. Deputada Jussara Cony, Raul Carrion; Jair Krischke, presidente; Lino Brum, Solon Viola, querido

professor de história; Stefan Emerin. O Solon eu conheço já de algum tempo, foi banca do meu doutorado. Satisfação revê-lo, professor.

Mas eu queria dizer que essa Porto Alegre, e no lema dela está escrito “Leal e Valerosa”, infelizmente naquele momento sucumbiu aos poderosos, aos inimigos da democracia, sucumbiu aos fundamentalismos e ao ódio aos direitos humanos profundamente. Quero destacar alguns locais onde, infelizmente, houve a violação de direitos humanos na cidade, locais do Estado brasileiro: destacamento da Aberta dos Morros, quartel do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, lá na Serraria; casa da Rua Déa Coufal; Ilha da Pedra Branca, que é a ilha do presídio; Estação Assunção do Corpo de Bombeiros, lá na Av. Guaíba; enseada do bairro Cristal, Morro da Polícia, Prisão domiciliar de Renato Sobrosa, Penitenciária Feminina Madre Pelletier; serviço social do menor, Febem, a FASE; 13º Batalhão de Polícia do Exército, no Morro Santa Tereza; Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul, na Rua Marcílio Dias no Menino Deus; Instituto Médico Legal – IML; 1º Batalhão da Polícia Militar, no Menino Deus; 3º Batalhão de Caçadores, atual 9º Batalhão da Polícia Militar, na Av. Praia de Belas; Tribunal de Justiça Militar, na Av. Praia de Belas; Departamento Estadual da Criança e do Adolescente – DECA; Quartel Militar da Luiz Afonso; Quartel da 1ª Companhia de Guardas – o “dopinha”, no bairro Floresta; Aeroporto Salgado Filho, Cais do Porto; DOPS Velho, na Av. Mauá; Polícia Federal, União Gaúcha dos Policiais Civis, Rua Siqueira Campos – Ugapoci; Comando da 3ª Região Militar, no DOI-CODI; 1ª Delegacia de Polícia Civil, na Rua Riachuelo; e Solar do Conde de Porto Alegre. Então, o que a gente tem com isso? Infelizmente, o Estado brasileiro atacou direitos, violou, e nós precisamos ainda de muitos reparos, e essa associação tem uma importância fundamental para a história, que é passar a limpo o que ainda não foi passado. Ditadura nunca mais! Parabéns, vida longa àqueles que lutaram para que hoje a gente estivesse aqui representando a população, democraticamente, pelo voto, e não, pela escolha dos poderosos.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Não poderia deixar de falar vendo a Jussara Cony hoje aqui, minha colega de vereança, atuamos juntas na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e também por esta homenagem aqui à Associação dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul. Eu vim do final do golpe, eu vim de um partido que todos vocês sabem, o MDB, o MDB de Ulysses Guimarães, e nós, mais antigos no partido, mantemos ainda esse equilíbrio, sem radicalismos. Eu não poderia deixar de cumprimentar, por toda essa história que se sabe, de real e de leitura, que estão nos registros, de tudo que aconteceu, e desejamos que nunca mais – venha de onde vier – nós tenhamos que conviver com tudo que se passou, com as mortes, a violência, as prisões de amigos que nunca mais voltaram. É outra época, mas nós não estamos livres de voltar, numa época atual, com outras formas de nos tirar a

democracia. Parabéns a todos. Essa história não pode ser esquecida, ditadura nunca mais, venha de onde vier. Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Consulto se mais alguma bancada pretende se manifestar. (Pausa.) Não tendo mais nenhuma manifestação, peço a suspensão da sessão por dois minutos, agradeço a presença de todos e todas.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h16min.)

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): (15h21min) Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Comassetto, na presidência. Quero dizer que eu não gostaria de estar aqui neste momento para tratar desse tema, mas mais uma notícia veiculada pela imprensa revela a vulnerabilidade das mulheres gaúchas no que depende da segurança pública do nosso Estado, que precarizou a estrutura das delegacias de mulher. Semana passada tivemos a notícia no jornal Zero Hora, ontem tivemos a notícia matinal que mostram dados extremamente preocupantes com relação à violência contra a mulher.

Já na semana passada, usei esta tribuna para tratar desse assunto e eu lamento ter que voltar. Reitero que afirmei o respeito da equipe da delegada que coordena o trabalho da DEAM, que tem enfrentado duras condições de trabalho, porque atuam a partir de uma estrutura precarizada com a redução do efetivo. Reitero também o que afirmei de que a necessidade do incremento da estrutura e do aumento do efetivo não são de hoje, revelam um total menosprezo do governo estadual com a situação da violência contra as mulheres. Os dados estatísticos mostram que, somente no primeiro trimestre deste ano, houve registro de seis casos de estupro por dia contra meninas e mulheres! Seis casos por dia! Isso revolta tanto quanto à inexistência de medidas para enfrentar a insuficiência da estrutura da delegacia da mulher. Desde a semana passada em que foi noticiado pela imprensa o problema, nós já ouvimos o secretário de Segurança do Estado terceirizar a responsabilidade. Até agora, nenhuma providência foi adotada. Pior do que isso: mais uma notícia veiculada hoje no jornal ZH revela que o imóvel que deveria servir para ampliar o atendimento da DEAM está, desde 2019, abandonado, acumulando lixo e sujeiras. O descaso é tamanho que chega a chocar.

Por essa razão, na condição de integrante da CEDECONDH e Procuradora da Mulher desta Casa, propus uma audiência pública, que será realizada no dia de amanhã, com os representantes da segurança pública do governo do Estado e do Município de Porto Alegre, para tratar desse tema e cobrar a imediata solução. Eu convido todas as vereadoras, em especial, mas também os vereadores, para comparecerem e darem suas

contribuições nesse tema tão importante, que diz respeito à dignidade e à vida das mulheres na nossa cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra em Grande Expediente.
(Pausa.)

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Ver. Conselheiro Marcelo está presente, mas passa, Presidente.

PRESIDENTE ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Conselheiro Marcelo, mas, como a nova regra para falar é só estando presente no plenário, o próximo vereador inscrito no Grande Expediente sou eu, que cedo meu tempo para o Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Comassetto, conduzindo os trabalhos, já agradeço a deferência pela cedência deste tempo de Grande Expediente, que vai me permitir fazer um percurso por várias questões da cidade. Vou começar com algumas fotos que vi hoje nos jornais circulando por aí. Ônibus estragados. Não bastasse isso, ao ver a foto nos jornais, recebo um telefonema de uma pessoa dizendo que ônibus, lá no Terminal Triângulo, em geral, as linhas demoram de 25 a 30 minutos para sair, e muitos já nem param, já saem lotados. Não é só lá, na Zona Norte; em qualquer banda da cidade, nós estamos vendo esse descaso com o transporte coletivo de passageiros. Como que uma gestão pública não fala absolutamente nada, quando sai o censo que diz que nós, de um censo para outro, perdemos 76 mil habitantes, mas as ruas estão atravancadas, os carros não andam, as ruas estão esburacadas, os ônibus quebrados, esculhambados? Não bastasse isso, a Companhia Carris, a nossa centenária Companhia Carris é vendida a troco de banana, a nada, para uma empresa que eu tenho dito que é mixuruca, e volto a dizer que é mixuruca, a empresa de Viamão. Esse é o transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre, já tivemos dilemas, sim. *Manu militari*, Thompson Flores, Telmo Thomson Flores, anote esse nome, exterminador do passado, ele terminou com os bondes no dia 8 de março de 1970, no Dia Internacional da Mulher, porque tinha que se dar o privilégio, na ditadura, para a indústria automobilística, a indústria da borracha, a indústria petrolífera. Ou seja, eram os ianques, os americanos, o capitalismo centralizador que bancava essa política em nível internacional, e o Brasil, como serviçal, fez o serviço. Acabaram-se os bondes. Em 1989, Olívio Dutra assume a Prefeitura de Porto Alegre e faz uma intervenção nos ônibus para acabar com a esculhambação. Até hoje tem uma direita enraivecida que lembra de quando em quando, fala mal dessa intervenção. Eu quero dizer, não fosse essa intervenção, seria muito, mas muito pior do que a gente está

vivendo hoje em dia. Não há uma preocupação com um transporte coletivo inclusivo, não, absolutamente nada. Aqui se deu tudo o que as empresas de aplicativos queriam, tudo, absolutamente tudo, colocando em xeque o sistema de táxi. Estava vendo, há pouco aqui, o pessoal do Sintapa. Colocou em risco e está colocando em risco, cada vez mais, o sistema do lotação. E Porto Alegre está aí à Bangu, com transporte coletivo precaríssimo. Eu vejo os nossos amigos taxistas aqui no plenário, colocava há pouco essa questão exatamente do xeque-mate que foi dado no sistema de táxi, exatamente por causa dessa política nefasta que está a vigorar na cidade.

Colegas vereadoras e vereadores, não basta só falar do transporte coletivo de passageiro, nós temos que fazer o que alguns colegas estão colocando aqui: uma nova discussão, em outros patamares. Nem a discussão do fim dos bondes de 1970 nem a intervenção de Olívio Dutra de 1989, mas, por exemplo, quem vai custear o transporte coletivo de passageiro? Temos 20 cidades no Brasil em que tem tarifa zero – tarifa zero! É uma discussão: quem financia? Porque, se nós não fizermos isso, o grande prejudicado é sempre o trabalhador, a trabalhadora. E pena que muita gente que está nessa lide não entende essa questão.

E vou mais longe ainda, saindo do tema do táxi, eu vou para a questão das ruas esburacadas, mas principalmente as calçadas quebradas. O ex-vereador Vendruscolo, o saudoso ex-vereador Bernardino Vendruscolo, colocou aqui um projeto de lei que ele nunca conseguiu levar adiante, que era para que a administração pública bancasse as calçadas, já que tudo isso é cobrado no IPTU, ou com uma contribuição de melhoria. Eu volto a esse projeto, eu dou, na exposição de motivos, todos os elementos de autoria ao saudoso ex-vereador Bernardino Vendruscolo, Ver.^a Lourdes Sprenger, porque foi ele quem começou essa batalha aqui. Espero levá-la adiante, Lourdes, com o apoio de outros, vereadoras, vereadores, e com apoio da população, que eu já estou tendo há bastante tempo. Porque a situação das calçadas é inaceitável, tentem caminhar pelo Centro Histórico de Porto Alegre. Não bastasse isso, que é de responsabilidade dos cidadãos, mas não há fiscalização, tem um fiscal da Prefeitura para fazer a fiscalização, da Av. Borges de Medeiros até a orla, de todas as atividades comerciais, todos os problemas que tem pela cidade. O problema de fiscalização é gravíssimo, é o que acontece com as patinetes! Nós agora temos até concorrência: amarelo contra azul, azul contra amarelo, para ver quem mais loca as patinetes. Hoje, na frente da minha casa, do meu edifício, na Rua Riachuelo, uma patinete quase no meio da rua; passava um carro de fiscalização da EPTC, fiz sinal, eles pararam e diligentemente retiraram a patinete da pista de rolamento. Havia outra que estava trancando a passagem de pedestres na Biblioteca Pública – hoje era um azul, no sábado era um amarelinho. Eu fotografei e passei para a EPTC, porque eu reclamo aqui, meu caro Pablo, mas eu mando para a Prefeitura. Eu acho que o vereador tem uma obrigação, seja de situação ou de oposição: tem lixo, tem que mandar para o DMLU; tem problema de tráfego, acessibilidade, tem que mandar para a EPTC, e ponto final. O vereador é fiscal de qualquer administração, seja de situação ou de oposição, esse é o dever de um vereador, trabalhar e fazer dessa maneira, é o que eu faço, que eu tenho feito e continuarei fazendo. O tema das patinetes vai ser regrado, eu me baseei

enormemente – dou autoria aqui – no Rio de Janeiro. Há uma resolução dos responsáveis pelo trânsito e a trafegabilidade na cidade do Rio de Janeiro muito consolidada que eu usei em parte significativa, mudando aquilo que eu achava que era desnecessário, que estava sobrando, para fazer um projeto cada vez mais enxuto, mas tem aqui alguns assessores de vereadores sentados no fundo do plenário que inclusive os seus vereadores estão analisando o projeto das patinetes, que não será deste vereador, será de um conjunto de vereadoras e vereadores, porque é uma situação dramática. Uma pessoa me liga, caiu sobre uma patinete, porque estava ali na Praça XV de Novembro, ia atravessar, e a patinete no meio do espaço que era de transeuntes: quebrou o braço. Como é que fica isso, como fica essa situação?

Não bastasse isso, Ver. Oliboni, nós temos, por exemplo, no Viaduto da Conceição, todas as canaletas da água não têm aquele suporte para que as pessoas não ponham o pé ali, quebrem o pé, se machuquem ou caiam.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega Adeli Sell, eu o parabeno pela sua fala aqui no Grande Expediente, e queria comungar contigo essa questão que nos preocupa muito em Porto Alegre, que é a questão da privatização das concessões. Por incrível que pareça, na orla do Guaíba, foi doada, de uma certa forma, essa concessão à Gam3, e, agora aparece a questão da Usina do Gasômetro. A Usina do Gasômetro é uma parceria antiga, desde a época do Collares, Olívio Dutra, Tarso Genro, e este grande equipamento público federal foi utilizado pela Secretaria da Cultura para eventos importantes na cidade, e essa parceria continua até hoje. O governo municipal busca a doação junto ao governo federal, mas para privatizar, para abrir uma concessão, para dar à iniciativa privada mais um instrumento enorme, retirando do poder público essa gestão. Inclusive, nos últimos anos, faz sete anos que está fechada, já gastou R\$ 20 milhões, e esses R\$ 20 milhões, enfim, vão para onde? É lamentável que o governo tome essa posição na medida em que no projeto de parceria, dito aqui pela Ana Pellini, já o governo teria um aporte novamente de R\$ 4 milhões para poder dar a manutenção. Em troca disso, viriam 10 datas para a população de Porto Alegre. É por isso que nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. Queria ouvir a tua opinião porque é lamentável gastar R\$ 20 milhões... É que nem o governador faz no interior do Estado, faz o asfalto nas rodovias e entrega para a iniciativa privada tudo prontinho, e o poder público é que paga a conta, infelizmente.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Não são só essas questões que V. Exa. aponta aqui, mas eu queria lembrar um ato criminoso que aconteceu com o hospital da Ulbra, lá na Rua Prof. Álvaro Alvim. Esse hospital poderia ter sido usado como um hospital durante a Covid e não foi. O governo federal passou para o Município, e o Município fez o quê? Absolutamente nada. Esse local, o hospital foi destruído, foi feito de tudo para que as pessoas levassem o que pudessem de lá para ser destruído, foi colocado abaixo por uma empresa daqui – não vou fazer propaganda para essa empresa, todo mundo sabe qual é. Hoje tem uma cratera imensa – imensa! –, um barulho infernal,

e eu fiz um pedido de informações. Eu quero saber, o povo quer saber, quem deu a licença, quem assinou essa licença na secretaria, porque eu duvido que tenha base legal – eu duvido que tenha base legal para dar essa licença. A imprensa já foi lá – escrita, televisionada –, vários moradores no entorno conhecem a legislação, por isso eu fui chamado lá, é um escândalo o que está acontecendo na Álvaro Alvim, e se vê muito bem lá da Dr. Lauro de Oliveira, é um escândalo. Tinha uma pedreira nos fundos, V. Exa. sabe que, desde a década de 1970, 1980, as pedreiras não podem ser mexidas – é uma legislação nossa –, lá foi mexida. Quem deu autorização para tirar a área verde que foi retirada? Não foi uma árvore, foi uma mini floresta urbana. Não estou exagerando, quem não quiser acreditar, eu o desafio, pegamos um carro agora, vamos a Álvaro Alvim e a Lauro de Oliveira verificar a cratera que lá existe, as pedras que estão sendo detonadas e um conjunto grande, imenso de edifícios ao lado, a 1,30m e 1,50m daquele local. Ah, se desse a chuva que deu em Santa Catarina de 400 e poucos milímetros que detonou o Morro dos Cavalos, haveria uma tragédia hoje em Porto Alegre. Haveria uma tragédia hoje em Porto Alegre, mas é interessante, porque não é o único caso duvidoso que aconteceu de liberação. Eu tenho um caso de provas, lá na Chácara das Pedras, onde uma parte de uma edificação ruiu, porque lá só pode fazer três andares e deram licença para seis andares. É ilegal, a justiça já mandou refazer absolutamente tudo. E tem mais, não sei se vocês sabem, mas tem um processo crime em andamento. E eu digo para as senhoras e senhores, o episódio da Álvaro Alvim vai ter reversão, vai ter processo crime, porque o que for legal eu defendo. Eu fui e anunciei o desbarrancamento no Morro Ricaldone, no entanto, eu fui lá verificar, e está sendo feito dentro das normas legais. Quando é feito eu digo: estão fazendo corretamente hoje, Mônica Leal, que inclusive insistiu com esse tema aqui. Hoje está sendo feito de forma legal. Então, quando é feito corretamente, eu anuncio aqui. Mas, quando está errado, eu digo e sustento a minha opinião. Não tem base legal que sustente o que está acontecendo lá na Álvaro Alvim. Muito obrigado por esse tempo, Ver. Comassetto; muito obrigado, colegas vereadores, por vossa atenção. Obrigado.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Declina. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente José Freitas, senhoras vereadoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presentes, nossos telespectadores e ouvintes aqui da nossa Câmara, saúdo a todos. Pela primeira vez hoje, e estamos acompanhando faz tempo, eu falo sobre a questão do processo do projeto da Guarda Municipal. E vejo aqui o nosso presidente lá atrás, o Espírito Santo e mais alguns guardas, e todos nós acompanhamos muito de perto as manifestações, os movimentos que aqui tivemos, e é preciso registrar que temos parcela da Guarda Municipal, os mais jovens que querem e aprovam o projeto, Ver. Conceição, e temos os mais veteranos que são

contra parte do projeto, não são contra o projeto no todo, são contra as determinações para o novo plano de carreira. Existe esse conflito e ele precisa ser discutido. E hoje à noite, nós teremos, aqui na Câmara, uma audiência pública que vai tratar do tema. Eu particularmente apresentei o substitutivo ao nosso PLCE nº 031/23, e essa apresentação visa contribuir na criação de uma guarda civil metropolitana de Porto Alegre e instituir ajustes na parte que trata do plano de carreira, são alguns conflitos que precisam ser debatidos mais.

Estou solicitando aos senhores vereadores e senhoras vereadoras que quem quiser participar que assine conosco o substitutivo, que tem o objetivo de sanar os conflitos da legislação. Apresentei o substitutivo, Ver. Bosco, porque, para apresentar emendas, praticamente, seria inviável em razão da quantidade de alterações que temos. Nós precisamos buscar uma negociação, um entendimento entre todos os guardas municipais, no sentido de buscar um entendimento que seja positivo para toda a categoria. Quero cumprimentar a direção e os nossos guardas que estiveram intensamente conosco durante todo esse tempo e acredito que, a partir daí, nós podemos modificar o processo e buscar algo melhor, a valorização para a nossa Guarda Municipal do Município de Porto Alegre. Estamos juntos e obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, em exercício, Ver. José Freitas, aproveito esse período de liderança do MDB para divulgar mais um evento, neste mês do Abril Laranja, contra a crueldade animal. Dessa vez, um grande evento, porque nós conquistamos a arte contra a crueldade animal, ou seja, artistas plásticos, em nome de 20 gaúchos que estão atuando aqui na cidade com obras belíssimas, engajaram-se nessa campanha contra a crueldade animal, num projeto que se iniciou ainda na pandemia, junto com a Associação dos Escultores do Rio Grande do Sul. O projeto foi sugerido a partir de uma ideia vista na Espanha, onde se colocavam animais em praças, sem nenhuma identificação. Depois, quando a curiosidade aumentava, comunicavam que aquele era o motivo de combater a crueldade dos abandonos contra animais. Tendo em vista, também, que esse mês foi criado para ser o mês contra a crueldade, porque, no próprio movimento que se iniciou nos Estados Unidos e abrangeu vários países, inclusive chegando a nós, e é lembrado anualmente, foi devido à falta de atuação das autoridades contra a crueldade.

Então, nós conseguimos esse projeto, repassamos emendas impositivas e hoje instalamos toda a exposição aqui no saguão da Câmara Municipal, na Galeria Clébio Sória. A gente fala saguão, mas tem um nome essa nossa galeria, e os 20 artistas estão ali. Cada animal tem um conceito, por que ele foi trabalhado, por que foi criada aquela arte naquele animal. Esteve aqui uma escola também. É muito importante para os jovens entender que artistas que têm todo esse conhecimento aplicaram justamente nessa campanha, que, no ano passado, esteve em 20 prédios municipais e agora está aqui. Tenho

certeza que cada um que visualizar, observar essas artes vai entender qual o conceito que foi dado para aquela peça. Tem uma que me chamou muita atenção, pois ela tem um QR Code. No momento em que tu acessas, tu vais ver a história da origem do gato que chegou até hoje. Isso é para quem tem essa apreciação, quem tem essa curiosidade. Mas nós temos também o outro, que simboliza a liberdade, para evitar o animal acorrentado. Outro demonstra a área da segurança, que é a Brigada Militar. O da Câmara, que esteve aqui no ano passado, é a diversidade, porque aqui nós tratamos de todos os assuntos.

Então, para quem aprecia a arte, para quem aprecia esses artistas que se dedicaram a esse momento para criar, é a primeira exposição no País envolvendo a arte contra a crueldade animal. Desejamos que todos venham conhecer, ficará 14 dias aqui na Câmara Municipal, mas observar quem são os artistas, nós os estamos divulgando nas redes sociais, o nome da peça que foi trabalhada e o conceito. Isso é muito importante para nós, que só temos a dizer gratidão a todos que se dedicaram para esse projeto. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Lider, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu uso o período de liderança do PSOL para fazer um registro em relação à reunião que nós tivemos na sexta-feira à noite, lá no terreiro da Mãe Ieda, reunião que tratou do Conselho Municipal do Povo Negro aqui de Porto Alegre, que tratou da reforma do Centro de Referência do Negro Nilo Feijó, localizado na Av. Ipiranga. Foi colocado na pauta um recurso oriundo do Fundo de Gestão do Patrimônio para reforma daquele território que, desde a gestão do Marchezan, está abandonado. Foi colocado como uma necessidade de contrapartida à reforma do Nilo Feijó à venda da sede da Epatur, que está com um leilão marcado para o dia 23 de abril, no primeiro valor de R\$ 11 milhões. A questão é que o Movimento Social Negro de Porto Alegre, historicamente, reivindica o Largo Zumbi dos Palmares, o Largo da Epatur, enquanto um espaço de diversidade onde a gente possa instalar equipamentos que reflitam a história e a cultura do povo negro. E nós temos uma lei aprovada dentro desta Câmara, desde 2010, inclusive já tem até um nome para o museu de referência da arte da cultura e da história do negro no Rio Grande do Sul e, em especial em Porto Alegre, que é o museu que foi denominado, uma homenagem inclusive ao vereador que contribuiu aqui nesta Casa, Tarciso Flecha Negra. E esse museu, que já tem até nome, até hoje não tem uma sede destinada na cidade para instalação. E, nesta Câmara de Vereadores, no ano de 2022, foi aprovada uma lei que permitiu a alienação de mais de 160 imóveis do nosso Município e, nessa lei, está prevista a sede atual da Epatur, que vai a leilão no dia 23 de abril. A questão é: por que a gente não pode utilizar a sede da Epatur, que é um território público, é um espaço público, para a instalação do museu de arte e cultura negra de Porto Alegre? E foi muita sacanagem por parte do prefeito Melo, colocar para o Movimento Social Negro de Porto Alegre ter que decidir: para ter reforma no Centro de Referência do Negro, na Av. Ipiranga, tem que se submeter à venda da Epatur.

Foi legítima a discussão feita dentro do conselho, nós conseguimos levar essa informação, o secretário André Barbosa colocou, enquanto uma orientação direta do prefeito Melo, que só vai haver reforma no Centro de Referência do Negro, se o movimento negro não se posicionar em relação à venda da Epatur.

Nesse sentido, na reunião do conselho, na noite de sexta-feira, lá no terreiro da Mãe Ieda, nós discutimos essa forma de negociação que está sendo imposta pelo prefeito Melo e nos posicionamos: nós queremos, sim, a reforma do Centro de Referência do Negro, existe recurso previsto no fundo de gestão patrimonial, e o recurso tem que estar à disposição disso, não tem que ser moeda de troca, de chantagem ou de barganha para que o movimento negocie os seus territórios; e nós queremos, sim, reivindicar a sede da Epatur que está com venda prevista para o dia 23 de abril. Nós queremos reivindicar aquele espaço, sim, para fazer a instalação do museu de arte e de cultura negra. Uma coisa não exclui a outra, prefeito, o Município tem recursos para fazer a manutenção dos seus próprios municipais, não é à toa a Prefeitura ter virado uma imobiliária e toda hora virem aqui mais projetos com mais vendas de espaços públicos. Então, recurso tem. E, ao mesmo tempo, a gente acredita que naquela área privilegiada do Largo Zumbi dos Palmares, ao vender a sede da Epatur, com certeza, daqui a cinco, dez anos, nós vamos estar enfrentando problemas com a vizinhança, porque o Largo Zumbi dos Palmares, historicamente, recebe *shows*, recebe eventos e depois não adianta reclamar do barulho, se quer instalar moradia dentro daquele território. Então nós somos contrários à venda, nós acreditamos que aquele espaço pode valorizar muito a perspectiva de um Largo Zumbi que retrate e reflita a cultura e a contribuição do povo negro nesta cidade. E também repudiamos a forma de barganha que está sendo colocada a reforma de um espaço nosso, em detrimento a gente abrir mão de outro espaço tão importante quanto, que é o Largo Zumbi dos Palmares.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigada, Ver.^a Karen. Ratificando: como o Ver. Ruas falou em liderança, a senhora falou pela oposição.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Ver. José Freitas, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que nos acompanham nas redes sociais; quero agradecer desde já o tempo da liderança do governo ao Ver. Idenir Cecchim. Eu trago aqui um tema levantado por mim no ano passado, um tema que é polêmico em nossa cidade, a qual o nosso mandato deu luz, que é o problema do mau convívio em alguns bairros da cidade, por parte de maus empreendedores que não cumprem regras de convivência. Eu recebo denúncias do bairro Rio Branco desde o início do ano passado, onde a poluição sonora, a sujeira e a insegurança pública têm imperado. Vejam bem, vereadores, até julho do ano passado, haviam sido expedido 207 alvarás para bares, restaurantes e estabelecimentos naquele bairro, e apenas três ou quatro estabelecimentos

geram uma crise sem fim, de segunda-feira a segunda-feira, semana após semana, mês após mês, e agora ano após ano, Ver. Márcio Bins Ely.

Eu quero agradecer a todos vereadores que por unanimidade aprovaram, aqui na Câmara de Vereadores, a Frente Parlamentar pela Boa Convivência nos Bairros. Eu quero deixar um convite expresso, já está no *e-mail* de cada vereador e vereadora desta Casa, agora, na próxima quinta-feira, quando será lançada a Frente Parlamentar pela Boa Convivência nos Bairros porque o problema do bairro Rio Branco, hoje, com dois ou três estabelecimentos que, de fato, não cumprem nenhuma regra e não possuem nenhum respeito pelos moradores, também é um problema que você tem na Cidade Baixa, na Zona Sul, também na Zona Norte. Então, esse não é um problema só de um local da nossa cidade, ele acontece em outros locais também, e nós vamos fazer a frente parlamentar, estará conosco aqui na Câmara o presidente da EPTC, os secretários municipais, a procuradora Annelise Steigleder, do Ministério Público, que trata desta pauta, e eu gostaria muito que vocês estivessem junto conosco, para que nós pudéssemos dar um bom encaminhamento para essa pauta que tem que ser enfrentada. É um problema real e verdadeiro da Porto Alegre de 2023, da Porto Alegre de 2024. E eu deixo a você, morador de Porto Alegre de todos os bairros, uma pergunta – uma pergunta muito sincera: Você gostaria que a sua paz fosse destroçada, destruída? O seu sono, o sono do seu filho, da sua filha, do seu pai, da sua mãe, das pessoas mais jovens, das pessoas mais experientes todos os dias da semana, porque tem maus comerciantes que não cumprem regra na cidade? Eu tenho certeza de que cada um de vocês que nos acompanha não quer que a sua paz seja destruída com poluição sonora, sujeira e insegurança na frente da sua casa. Então, essa é uma pauta que, acima de tudo, é de empatia, é de se colocar no lugar do outro, querer o mesmo para si do que quer para o outro ser humano. Nós queremos apenas respeito. Nós queremos muitos empreendimentos, aliás, Porto Alegre, sob o governo Melo, se tornou uma cidade do empreendedorismo, reconhecido pelo Ministério da Economia, porém, há pessoas que abusam, há maus comerciantes desta cidade que abusam da liberdade econômica para fazer aquilo que querem e acham que o espaço público não é de ninguém. O espaço público na nossa cidade e em qualquer cidade do mundo ordeira é de todos os cidadãos e cidadãs.

Por isso, deixo o convite para todos vereadores participarem dessa frente, junto conosco, com o Ministério Público, com os órgãos de fiscalização, de segurança, para nós construirmos juntos uma solução final para um problema real da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta, antes do

período de Comunicações. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0201/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/24, de autoria da Ver^a Coletivo Cuca Congo, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Airton Fernandes Araujo. **(SEI 253.00006/2024-81)**

PROC. Nº 0245/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/24, de autoria da Ver^a Karen Santos, que concede o Título de Cidadã de Porto Alegre a Luiza Erundina de Sousa. **(SEI 152.00063/2024-81)** Observação: com Emenda nº 01, da Ver^a Karen Santos.

PROC. Nº 0262/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/24, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Wilson Luís Covatti. **(SEI 017.00069/2024-11)**

PROC. Nº 0233/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/24, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Antônio Viana Carboneiro. **(SEI 154.00049/2024-85)**

PROC. Nº 0257/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/24, de autoria da Ver^a Karen Santos, que concede a Comenda Porto do Sol ao Quilombo Família Silva. **(SEI 152.00067/2024-69)**

PROC. Nº 1303/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 744/23, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que institui Política Municipal de Combate ao Etarismo. **(SEI 035.00119/2023-52)** Observação: com Emenda nº 01, da Ver^a Lourdes Sprenger.

PROC. Nº 1331/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 758/23, de autoria do Ver. Adeli Sell, que declara de utilidade pública a Associação Porto Alegre Rural – POA Rural. **(SEI 022.00049/2023-45)**

PROC. Nº 0190/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 092/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Antonio Carlos Schroder da Conceição o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Três – Beco do Rosário –, localizado no Bairro Belém Novo. **(SEI 165.00050/2024-07)**

PROC. Nº 0202/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/24, que altera as atribuições da classe de cargos de Auxiliar de Enfermagem, constante na letra “b” – Especificações de Classes – do Anexo I, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. **(SEI 118.00346/2024-67)**

PROC. Nº 0203/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 098/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que denomina Rua Waldin de Lima o logradouro cadastrado conhecido como Rua H – Vila Monte Cristo –, localizado no Bairro Vila Nova. (SEI 024.00220/2023-14)

PROC. Nº 0216/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 107/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a festividade “Aniversário de Porto Alegre na Rua 26 de Março, no Bairro Mário Quintana” no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana do dia 26 de março. (SEI 037.00099/2024-07)

PROC. Nº 0221/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/24, que inclui os §§ 1º e 2º no art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de março de 2012, que proíbe a cobrança para utilização de banheiros em estádios esportivos, terminais rodoviários, terminais metroviários e espaços públicos no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00355/2024-58)

PROC. Nº 0078/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Senhora Helenir Aguiar Schurer. (SEI 154.00020/2024-01)

PROC. Nº 0198/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Baba Diba de Iyemonja. (SEI 154.00042/2024-63)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0801/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 328/21, de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo e da Verª Vitória Cabreira, que institui o Programa Municipal de Incentivo ao Voto a Partir dos 16 Anos e inclui a efeméride Semana Municipal de Conscientização do Voto a Partir dos 16 Anos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na última semana de março. (SEI 234.00007/2021-01)

PROC. Nº 0024/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/24, de autoria da Verª Comandante Nádia, que estabelece infração administrativa à pessoa flagrada, em qualquer área ou logradouro público de Porto Alegre, utilizando, adquirindo, guardando, tendo em depósito, transportando ou trazendo consigo drogas, para consumo pessoal, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (SEI 025.00002/2024-60)

PROC. Nº 0137/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 071/24, de autoria da Verª Mônica Leal, que declara de utilidade pública a Federação Gaúcha de Judô – FGJ. (SEI 038.00014/2024-81)

PROC. Nº 0205/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). (SEI 154.00045/2024-05)

PROC. Nº 0209/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Senhor Flávio Aristides Freitas Tavares. (SEI 050.00109/2023-00)

PROC. Nº 0049/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 028/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que institui o Programa de Segurança do Paciente nas unidades de saúde localizadas no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00015/2024-33)

Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina.

PROC. Nº 0183/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/24, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que revoga a Lei nº 13.819, de 5 de janeiro de 2024, que denomina Brigadeiro Nero Moura o logradouro cadastrado conhecido como Praça Novecentos e Setenta e Cinco, localizado no Bairro Sarandi. (SEI 025.00011/2024-51)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrada a Pauta.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, nós viemos aqui falar em período de liderança do nosso partido para reafirmar uma discussão que surgiu, esse final de semana, em alguns programas de TV, surgiu na imprensa, se cabe a nós vereadores, ou não, criar projetos de lei que instituem aparelhos na cidade de Porto Alegre. Pela Constituição do Município, cabe a nós, vereadores, quando todos os caminhos são esgotados, quando é pedido indicativo, quando é um pedido de providências, quando são feitos todos os trâmites democráticos necessários, a Lei Orgânica do Município nos permite isso.

Esta Casa já criou alguns aparelhos públicos, um deles se chama Centro de Referência e Diagnóstico do Autismo, foi criado por esta Casa. Esta Casa, por maioria de seu plenário, criou. Na semana passada, por deliberação de 21 membros, criou um centro ou uma unidade de saúde para obesos. Pode, porque quando esta Casa cria esse centro, essa unidade exclusiva para obesos, ela está indo em busca de poupar dinheiro público, poupar dinheiro do Município quando um obeso fica gastando e tratando a diabetes, tratando a gordura no fígado, tratando a pressão alta, tratando a questão da circulação, tratando questões pulmonares. Tudo isso são causas da obesidade, tudo isso são custos e mais custos que se tem por não fazer a prevenção. A prevenção da obesidade, claro que não vem com o centro ou com a unidade básica de saúde para o obeso, vem desde a casa, desde a escola, da vida de uma pessoa...

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): ...vem desde a casa, desde a escola, da vida de uma pessoa. Tem escolas, hoje em dia, que não vendem mais refrigerante, que não vendem mais nada frito, que não vendem nada processado, isso é um trabalho contra a obesidade. Assim como a questão ambiental, eu acho que caberia ao Congresso Nacional criar políticas de compensação. Como nós temos política de

compensação do fumo, nós temos política de compensação do álcool, nós teríamos que ter uma compensação também para o tratamento da obesidade. Uma compensação dos produtos que são entregues para a população, principalmente a população infantil, porque o número de obesos infantis neste País é muito grande. E eles não poderão, até atingir a idade maior, fazer a bariátrica, terão que conviver com isso, terão que conviver com outra lei que aprovamos nesta Casa, que é a lei antibullying, terão que conviver com esse *bullying*, terão que ver a tristeza dos seus pais. Esta Casa, pioneira no centro de referência de diagnóstico do autismo, foi pioneira em trazer para o Brasil uma discussão de termos, específico, centro ou unidade básica para tratamento da obesidade. Isso é importante para a questão de saúde pública, isso é importante para as questões de prevenção à obesidade, mas, principalmente, para dar uma qualidade de vida melhor para os obesos, já que têm uma demanda reprimida de cirurgias disponíveis pelo Sistema Único de Saúde, que não consegue realizar em função da burocracia dentro do próprio Sistema Único de Saúde, isso no Brasil inteiro. Nós tivemos políticas públicas que hoje são nacionais, Ver. Pablo, criadas nesta Casa, como uma lei que eu, o senhor e a Nádia fizemos juntos, transformando em permanente o laudo do autista, e hoje é uma lei federal. Nós tivemos a construção de centros de referência de diagnóstico de autismo, nós tivemos a lei do colar de girassol. Provavelmente, esta Casa, esta Câmara de Vereadores de Porto Alegre está fazendo história, para que, em breve, além dos postos de saúde abertos até às 22h, que foi lei que saiu de dentro desta Casa, aprovada por esta Casa; as escolas de tempo integral, que hoje é política federal, também aprovada dentro desta Casa, tenhamos muitos e muitos centros ou unidades básicas de saúde para obesos no Brasil, ajudando as famílias e os necessitados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Noventa e oito minutos. Olhem para lá, olhem para lá, 98 minutos, vocês que não gostam que eu fale, está lá, 98 minutos, mas eu vou aguardar, deu um erro, senão eu ia aproveitar os 98. Olha lá, Janta, 98 eles queriam me dar; este é o Presidente que eu gosto, 98 minutos para mim.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Feito, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente José Freitas. Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, veja só, neste dia fatídico, em 15 de abril – não é 1º de abril, é 15 de abril –, a direita da capital lança ou relança algo que há três anos assola a nossa cidade: o representante maior da destruição do serviço público; aquele que sequestra o direito à saúde; o direito à educação, 11 mil crianças sem escola; ele, há três anos prefeito, tem a coragem de se relançar. As UTIs estão lotadas e eu quero mostrar para vocês. Por favor, Motta, coloca para nós o vídeo aí do cidadão que gravou agora, ele gravou agora, lá no Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro. Vamos ouvir.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isso aí é o resultado da privatização na saúde, tão propalada, tão defendida, que o governo anterior privatizou as unidades de saúde Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro e Bom Jesus, e esse é o caos. Pagam baixos salários aos trabalhadores e o contrato não é fiscalizado. Cadê o secretário da Saúde? Lá na UPA ele não aparece, não! Ele gosta é de botar o jaleco e tirar foto com o Melo com chapéu de palha. Esse é o candidato à reeleição? Uma cidade que não tem um projeto de duplicação de avenida; não tem a entrega de uma escola de educação infantil; os postos de saúde estão sem funcionários no número contratado. Aí ele se arvora candidato à reeleição? Realmente a direita está decadente. Concordo com os jornalistas, a direita, na capital, sucumbiu, que só sobrou o Sebastião Melo. Dentre tantos atores políticos, só sobrou o Sebastião Melo, que conseguiu ser pior do que muitos que aí estiveram. Conseguiu entrar para a história do Município, pois é o único governo que teve uma secretária de Educação presa – presa! –, como diziam os jornais; que teve o presidente do partido dele, o MDB, o Alexandre Borck, o Xandão, afastado, afastado de exercer quaisquer cargos públicos. E eles têm a coragem de lançar este prefeito à reeleição? Mas o que é isso? Onde está o respeito pelo cidadão, pela democracia, pelos serviços públicos? Ele prometeu água, até hoje o Morro da Cruz está esperando, os moradores estão esperando sentados chegar a água; a Lomba do Pinheiro também. Ele prometeu a nova estação de tratamento e não entregou. Ele promete e não entrega. A única coisa que ele entrega sem prometer é o dinheiro público para as empresas de ônibus. Foram R\$ 135 milhões para as empresas de ônibus, a ATP está feliz. E ele foi lá inaugurar, nesse final de semana, uma plaquinha com o nome do falecido, que Deus o tenha, tesoureiro da ATP, aí lá estava o prefeito inaugurando a plaquinha. A Fraport, do aeroporto, ganhou R\$ 70 milhões de isenção do IPTU, e nem um morador do Partenon, Ver. Oliboni, nem um morador do Sarandi, da Restinga, do Lami, Ver. Gilson Padeiro, ganhou isenção de IPTU, mas os bilionários da Alemanha ganharam! Que bom é ser bilionário em Porto Alegre. E ele, mais uma vez, repito, se lança candidato à reeleição. Pois bem, que venham às urnas e que a hora da verdade chegue, porque a verdade vem da boca do povo, e o povo sabe que está sofrendo e não aguenta mais!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, eu não ia subir a esta tribuna, mas frente ao tanto de coisas que o líder do PT falou nesta tribuna a gente não pode se calar. Milagrosamente, ouvi atentamente, Ver. Jonas; nem sempre é satisfatório ouvi-lo, dado o tanto de bobagens que V. Exa. fala aqui de cima, mas dessa vez eu estava atento. Neste momento ele está fazendo um corte! @tiagoalbrecht, me marque, por favor, e me dê uns votos em outubro. Mas querer comparar a isenção da pista

do aeroporto, que vai trazer aviões e já está trazendo aviões de maior porte, investimentos, dividendos, riquezas...

(Aparte antirregimental do Ver. Jessé Sangalli.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu gostaria de lhe dar o aparte, mas é liderança, vereador. Desculpe, fala aqui para mim que eu trago. O Ver. Jessé me ajuda aqui, para vergonha do Jonas: isenção de algo que nunca foi cobrado, porque a pista era pública – ainda é, na verdade, mas está concessionada. Obrigado, Ver. Jessé, não pude dar o aparte por questões da Casa, porque em liderança a gente não pode. Nós temos um vereador e, por conseguinte, uma candidata que querem ser prefeitos em Porto Alegre, querem dirigir esta cidade e não sabem do básico, Ver. Cláudio Conceição, que me dá atenção. São contra trazer novos empregos, dividendos, aviões de maior porte, um aeroporto moderno. E, Ver.^a Mari, que também me dá sua atenção neste momento, achar que a isenção foi para os bilionários alemães? Essa isenção é para que nós possamos fomentar, aliás, ao contrário do que faz o PT com as campeãs nacionais. Esses dias, teve o Lula que voltou à cena do crime inaugurando uma planta da JBS, vereador, líder do PT. Voltou à cena do crime, porque a JBS é uma das grandes corruptoras da República, e o seu Presidente, o seu PT, chefiaram essa quadrilha que assaltou os cofres da República!

Falando em saúde, eu me comovo com a situação desse pagador de impostos, inclusive, nós somos a favor da parcerização na saúde, porque a iniciativa privada – leia-se Albert Einstein, leia-se Hospital Moinhos de Vento – geralmente conduz melhor. Mas olha, vereador do PT, o que traz a folha de São Paulo: “Governo Lula corta a verba de bolsas de estudo, educação básica e farmácia popular! O governo Lula [diz o Mateus Vargas da Folha] cortou verbas [sabem de quem, povo de Porto Alegre?] do Ministério da Saúde”. Então é um tigrão para cobrar o governador Melo, mas é uma tchutchuca para cobrar o Lula, que está cortando verbas do Ministério da Saúde. Então, vereador, quando o senhor for receber vídeos, quando o senhor for receber denúncias, ao menos fale que o seu Presidente está cortando do Ministério da Saúde, está cortando verbas que deveriam ir para a população, para poder bancar os gastos da primeira-dama Janja da Silva, por exemplo, que, juntamente com Lula, mentiu sobre o sumiço de móveis para poder reformar todo o Palácio. Aliás, nem deveria existir palácio, porque quem é eleito democraticamente não pode viver em palácio, isso é coisa de monarcas. Por fim, resalto que o partido NOVO segue no seu compromisso de fiscalizar os serviços públicos da parcerização, tanto quanto seja possível, para que a iniciativa privada possa tocar trabalhos que – via de regra, nem sempre – a iniciativa privada conduz muito melhor. Por isso, quem está cortando verbas na saúde, vereador do PT, é o Lula; quem está cortando verbas das bolsas de estudo é o Lula; quem está cortando da Farmácia Popular é o PT da esquerda. Aliás, eu fui fazer um Google agora, botei assim – e peço que os colegas façam o mesmo, coloquem no Google assim: “Lula corta verbas”. E sabe o que aparece? Notícia de 6 horas atrás: governo Lula corta meio bilhão da Defesa, Polícia Federal e Abin. É o governo do corte, é o governo da ganância por um lado e, nas atividades básicas do estado,

como defesa e saúde, o Lula está dando uma banana. Não passarão! Subiremos aqui sempre para denunciar esse governo de esquerda. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Tiago. Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que solicita a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. José Freitas; colegas vereadores e vereadoras, cidadãos, cidadãs que acompanham a sessão nesta tarde, lembrando que hoje, dia 15, às 19h, acontece audiência pública sobre a Guarda Municipal, o projeto de lei que está tramitando aqui na Câmara. É de extrema importância tentar dialogar com o governo, pressionar o governo para a retirada do projeto de lei ou modificação que poderá ser feita através de emendas ou mensagens retificativas, até porque é muito plausível e aceitável essa luta dos guarda municipais com relação ao que eles vêm abordando nos últimos dois meses, sempre aqui na Câmara, às segundas-feiras, e hoje à noite é o Dia D. Sejam bem-vindos.

Por incrível que pareça, o governo municipal adota uma medida semelhante à Havan. Quem não conhece a Havan? Quando a Havan se estabeleceu em Porto Alegre, em vez de a Havan fazer uma compensação ambiental, o governo dava à Havan mais de R\$ 1 milhão para fazer a compensação vegetal. Entrado no Ministério Público, foi revertido e a Havan teve que devolver o recurso. Agora, a GAM3, aqui no Parque Harmonia, pede uma dita suplementação, ou dita correção de contrato, e pede R\$ 1,9 milhão para fazer a chamada eletrificação; isto é, colocar a luz, porque estaria muito precária. E o governo vai lá e faz um aditivo, e diz que vai aportar, sim, R\$ 1,9 milhão para a GAM3. Isso é justo? É justo? Para colocar recurso público para a área da saúde, a área da educação, a área da assistência, algo dessa natureza, não tem, não é previsto na peça orçamentária, não é possível fazer; mas quando vem uma empresa de entretenimento é possível fazer tamanha ousadia, eu diria, e a população fica desassistida. É lamentável isso, é muito lamentável! É semelhante, por exemplo, ao que acontece na orla, com a Usina do Gasômetro, agora, quando o governo, num período de sete anos, faz uma reforma e bota R\$ 20 milhões em recurso público. Daí chama uma audiência pública e defende uma nova concessão, para poder entregar a Usina pública que nem dele é, do Município, para poder fazê-la tem que ser um patrimônio próprio; se não for próprio, não é possível fazer. Esse patrimônio ainda é da União. Este vereador, com a Frente Parlamentar da Cultura, foi até o patrimônio da União e eles nos disseram: “É impossível

fazer isso.” Mas já fizeram audiência pública, já prometeram dar inclusive um subsídio de R\$ 4 milhões anuais, para poder ter em troca 10 datas comemorativas para fazer eventos na Usina. Dos 556 dias, 10 dias seriam do governo, para fazer algum evento; e os demais novamente para uma concessão, para fazer da Usina do Gasômetro um *shopping center* – essa que é a grande verdade –, e cobrar do cidadão por tudo que é ali está disponível. Este governo não é para os pobres; este governo não é para a periferia; este governo não olha os pobres para poder investir na área de assistência, saúde, educação; este governo faz parceria, sim, com os poderosos e, logo ali na frente, nós vamos perceber a campanha como ela se estabelecerá. É por isso que nos indigna, porque quem está na rua e fala com a população... Acho que nós deveríamos falar isso, defender os trabalhadores, como acontece agora com a questão da segurança pública; defender os serviços públicos, que nem concurso tem, mas, para demitir 1.800 servidores do antigo IMESF, o governo anterior e este foram correndo demiti-los e nem a rescisão até hoje pagou. Lamentável, lamentável! “Ah, mas na eleição vai ser uma enorme polarização novamente, e a direita está muito bem preparada.” Preparada com capital, mas não com a população, porque a população está, em inúmeras regiões da cidade, abandonada, abandonada! É por isso que nos indigna, muitas vezes, estar aqui como minoria e não ter poder de voz, e é essa voz que nos indigna para dizer à população que vai chegar o momento da mudança. Aguarde, vai chegar. Um abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Oliboni.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Fica para o final. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Declina. O Ver. Giovane Byl está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Não está presente no plenário. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, pode cedência de tempo do Ver. Pablo Melo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, nosso Ver. Freitas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Jonas deve estar na plateia, não? Ver. Jonas, minha saudação, eu queria perguntar ao senhor se o senhor tem passado no Hospital Conceição, que é um hospital federal, que deveria receber a grande maioria do povo da Grande Porto Alegre e não está fazendo. A atual administração do Conceição está muito preocupada em dar emprego para os companheirinhos. Receber doentes, não. E o senhor vem aqui, sem ficar vermelho, cobrar da Prefeitura. Mas que negócio é esse, vereador? Cobra do seu pessoal do Hospital Conceição, que tem quatro hospitais, duas UPAs. E o senhor não fala nada? Ou o senhor não sabe que o Hospital Conceição, o Hospital Cristo, o Hospital da Criança e o Hospital Fêmeina pertencem ao seu Presidente? É do Brasil, mas é tratado como se fosse: “esse é meu, só vamos atender os nossos”. Não é assim, não é assim! Hospital Conceição é para atender... O Grupo Hospitalar Conceição é para atender todo mundo do Estado. Do Estado! A sua bancada não merece que eu venha

aqui reclamar, porque o Ver. Oliboni e o Ver. Adeli parecem vinho de outra pipa. Eles sabem das dificuldades de um e de outro. O senhor reclamando de homenagem e ligando: “Ah, porque a ATP”. O senhor não conhece a história da cidade e muito menos das pessoas. Eu acho que o senhor conhece bem os professores de flauta, e o senhor confundiu a sua habilidade de tocar flauta, que é boa, a facilidade de tocar flauta é boa, só que o senhor não exerceu como professor, confundiu isso com tocar flauta das pessoas sérias, pessoas sérias. Então, o senhor antes de falar de algum cidadão de Porto Alegre que teve uma homenagem, o senhor leia a biografia das pessoas. Tenho certeza que o senhor vai ler para não cometer mais esses erros, erros crassos. O senhor quer fazer um filmezinho aqui mais próximo da tribuna, eu não me incomodo, o senhor pode fazer. Cada vez que o senhor faz uma crítica, aumenta meus votos. Cada crítica que o senhor faz, aumenta meus votos. Então, continue tocando flauta de todos os jeitos. Para mim, o senhor não me atinge, o senhor me ajuda, o senhor me ajuda. Assim como o senhor ajuda o prefeito Melo. Cada vez o senhor chama “Povo de Porto Alegre”, as pessoas se preparam para ajudar a fazer campanha de reeleição do prefeito Melo. Então, Ver. Jonas, menos, menos! Quando o senhor vir à tribuna, comece a falar a verdade, ou, pelo menos, leia antes de falar se o senhor não sabe. Eu o entenderei. Se o senhor falar alguma coisa sem saber, a gente entende, Ver. Ramiro Rosário, mas falar asneiras, atirar penas ao vento, como o senhor gosta, em dia que não tem vento, as penas voltam para cima do senhor; e, em dia que tem vento, essas penas podem cair em lugar que não o beneficie muito. Obrigado.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h38min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL n° 459/21 da priorização de votação, e solicito a inclusão do PLL n° 573/23 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL n° 024/21 por três sessões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0964/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 573/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. XIII no art. 21, § 4º no art. 49 e § 7º no art. 39; altera o inc. I do art. 31-B, o *caput* do art. 39 e o *caput* do art. 41; e revoga o inc. II do art. 15 e o inc. II do art. 17, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, e alterações posteriores – que institui o serviço público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre –, e revoga a Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013, acrescentando direito ao motorista de utilizar veículo totalmente elétrico, alterando a potência permitida para a utilização de GNV em veículos na frota de táxi, concedendo reajuste tarifário anual, acrescentando modalidade de pagamento da tarifa por PIX, alterando o índice de correção anual da tarifa, excetuando o sorteio de vaga de ponto fixo em caso de permuta entre autorizatários e isentando de pagamento nas áreas de estacionamento rotativo o condutor que estiver prestando serviço de Transporte Individual por Táxi e permanecer no interior do veículo. (SEI 034.00401/2023-31)

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01, 02 e 03.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- com Emendas nºs 02 e 03, do Ver. José Freitas;
- incluído na Ordem do Dia em 03-04-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 573/23](#). (Pausa.)

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, dois projetos nos pegam de surpresa. Gostaria de entender melhor, ler o projeto dos taxistas – não estava na Ordem do Dia; o outro que chegou aí também não tínhamos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esse aqui é dos taxistas. Acho que o Ver. José Freitas pode subir à tribuna e explicar.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Exatamente, nada contra, a gente precisa entender, a gente não tem o projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 573/23.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Colegas vereadores, público presente, todos aqueles que nos assistem nas plataformas, pela TVCâmara, um abraço aqui para todos os motoristas de táxi que estão presentes desde o início da sessão, presidentes de associações, um abraço especial ao nosso Artur Goulart, nosso suplente na Câmara de Vereadores, já assumiu e subiu nesta tribuna aqui. A alteração é necessária porque a tecnologia está aí; então, temos, Ver. Cassiá, que alterar a Lei do Táxi, para que eles possam hoje comprar o táxi elétrico. Com isso vamos alterar vários itens que são necessários. O fundamental para os colegas saberem é que tem acordo do governo, isso é importante os senhores saberem, porque eu sempre converso antes com o governo, com os secretários, para vim redondinho para nós votarmos aqui. Então, a primeira alteração inclui na legislação os carros elétricos, que hoje não tem uma alternativa sustentável, que é fundamental. Imagina toda a frota de táxis, hoje, elétrica, que todos os taxistas venham ter condições, quantas centenas de táxis poluindo menos Porto Alegre ou não poluindo. Uma alteração importante é o Pix. Nós já fizemos uma lei aqui; nós, vereadores, aprovamos uma lei de minha autoria para que possa pagar o ônibus com Pix, e nós estamos alterando também para que a pessoa possa pagar o táxi com Pix. Altera a potência mínima dos veículos para 88 cavalos – hoje são 90 cavalos –, porque hoje tem carros potentes, por exemplo, o Grand Siena. Permite a permuta entre pontos fixos também, sem valor monetário. Isso apenas para quem quiser trocar um ponto por outro, e nós temos que garantir em lei também. Retira a obrigatoriedade do uso do GPS, que está em lei, mas não está em uso. Então, nós temos que declinar através dessa lei. E que o táxi também não precise pagar estacionamento no rotativo Área Azul, quando o motorista estiver embarcado. Então, quando o motorista estiver embarcado ali, que ele para rapidamente esperando o passageiro na Área Azul, que ele não precise pagar, pelo amor de Deus. Isso foi tratado com a EPTC, a EPTC concordou. Eu repito que nós conversamos com todos os pares, com o governo, e a EPTC está concordando que o motorista de táxi, quando ele estiver em estacionamento rotativo, em Área Azul, não precise pagar o estacionamento. Quando o motorista está embarcado, não é ele colocar o táxi ali e sair do táxi; é quando ele está embarcado. Redução também da quarentena de 36 meses para 24 meses para autorizatários; hoje, são 36 meses, nós estamos pedindo na lei para reduzir para 24 meses. É importante essa redução de tempo, porque pelo STF, a partir de 10 de abril de 2025, ninguém mais poderá fazer transferência. Então, para que muitos possam fazer transferência, agora, neste momento, nós temos que modificar aqui, porque a partir de 10 de abril de 2025, nenhum autorizatário poderá mais fazer redução. E permite também que autorizatários possam conduzir o táxi do seu cônjuge, porque hoje não pode. Então são oito alterações que nós estamos aproveitando. O principal aqui é que os motoristas

possam comprar o táxi elétrico – temos que mudar a lei –, o uso do Pix também, e as demais coisas nós estamos modificando; mais cinco alterações para facilitar a vida do taxista. Não sei se eu consegui passar, mas eu conto com o apoio dos colegas. Um abraço.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, só para informar eu estou presente de forma remota na sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 573/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro, colegas vereadores, vereadoras; Ver. Freitas, não é necessário o governo concordar, a questão a saber é o seguinte: a proposição é boa ou não é boa? Eu fico impressionado, fiz uma provocação aqui aos liberais da Casa porque é um projeto liberalizante, no bom sentido, não é aquelas coisas de enrolação. Todo mundo usa Pix, os bancos aceitam o Pix, como é que não vai usar no táxi? Carros híbridos ou carros somente por eletricidade. Nós temos carros de vários tipos, de várias marcas. Tem um capitalista, bilionário mundial, irritadinho porque, no Brasil, nós vamos fabricar um tipo de carro elétrico que não é da marca dele, vou ser bem claro, BYD, e ele tem o Tesla, que, por sinal, está correndo um processo bilionário nos Estados Unidos contra ele por causa de um acidente. Ele sempre acha que com ele não dá acidente, mas até a cápsula dele explodiu e ele deve ter perdido alguns dólares, mas, para ele, tudo bem, ele acha que pode mandar no mundo. Não, aqui tem regras, nós estamos regravando. Se o sistema por aplicativos pode A, por que é que o sistema de táxi não pode ter o mesmo A? Não pode ser A menos um, ou A dividido por dois. Nós estamos fazendo uma regra que é válida, estamos universalizando certos procedimentos e adequando o sistema, para que ele possa viver, sobreviver e competir em qualidade de serviços na cidade de Porto Alegre. Por isso que eu vou votar favoravelmente ao projeto, não é porque o governo concorda. Não é porque o governo concorda, o governo tem que saber o que é bom e o que não é bom. Também o seguinte: aqui nesta Casa não existe tema de um vereador. Aqui ninguém é dono de taxista, como também aqui ninguém é dono de aplicativo. Tinha alguns aqui que se achavam donos dos aplicativos, eles falavam em nome deles. Ninguém fala em nome de nada, nós falamos o que tem que ser falado, e é por isso que eu estou aqui na defesa do sistema municipal de transporte de passageiros por táxi, dentro dos critérios apontados. Eu não mudei de opinião sobre o sistema de táxi, mas muitos aqui mudaram várias vezes. Obrigado.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Tem uns vereadores pedindo para adiar por uma ou duas sessões. Eu não vou adiar, porque eu sentei com a categoria e a EPTC, e a EPTC deu acordo. Por isso eu vou botar em votação. Quem quiser votar vota, quem não quiser não vota. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para discutir o PLL nº 573/23.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde a todos os colegas, boa tarde ao público que nos assiste; eu me sinto muito confortável em estar falando sobre essa matéria – parabéns, Ver. José Freitas –, e tenho convicção, eu e minha bancada do PSDB, que votaremos “sim” a esse projeto, porque vejo ali vários colegas taxistas presentes. Eu digo colegas, porque eu fui taxista, fui taxista por muitos anos, inclusive, minha família vem de uma família de taxistas. Então, sei da realidade que todos enfrentam todos os dias, principalmente, depois dos aplicativos. Tenho plena consciência de que tudo que se votar para as melhorias para os taxistas, em respeito a toda essa história que os taxistas têm com a cidade de Porto Alegre, eu acredito que nós vamos para frente. Não é questão de uma, duas sessões para a gente poder analisar, eu acho que só o fato de ser essa questão envolvendo os taxistas para melhorias, ainda mais tendo o aval da Prefeitura, da EPTC, que seria a maior dificuldade... Então, acredito que não tem por que não votarmos favorável nesta tarde de hoje já, em respeito a todos os taxistas que aqui estão presentes. O meu voto é favorável, da minha bancada também – Ver. Moisés Barboza, Ver. Gilson Padeiro –, porque somos sabedores da importância dessa categoria, da minha categoria, eu digo, porque uma vez taxista sempre taxista. Muito me sustentei, sustentei minha família do táxi; então, com certeza, estou com muito orgulho em estar votando favorável aos taxistas, nesta tarde de hoje, a este projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 573/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, taxistas que aqui se encontram, colegas vereadores; nosso grupo de vereadores estava pedindo encarecidamente ao Ver. José Freitas para adiar para a semana que vem a votação deste projeto. Primeiro, que este projeto não passou pelo colégio de líderes para entrar na Ordem do Dia, entrou através do art. 81, isso é lei da Câmara, é Regimento da Câmara, mas é um assunto que interessa a todos nós, nós que somos a favor de políticas que realmente melhorem as condições do sistema de táxi de Porto Alegre, o sistema de transporte. Durante a eleição, garantimos, junto ao prefeito Melo, que será dado o mesmo tratamento, que era dado ao aplicativo, aos taxistas, e isso vem sendo feito na cidade de Porto Alegre. Agora, nós queremos discutir questões desse projeto, e não queremos entrar na polêmica de ficar encaminhando pedidos de adiamentos ou não, era mais fácil o autor fazer isso para nós discutirmos. Eu fiz uma emenda do bagageiro para 200 litros, isso permite que vários tipos de carro entrem no sistema elétrico. Agora, quando nós botamos 280 litros, nós estamos limitando a um ou dois modelos de carro somente, elétrico, que tem 280 litros o porta-malas.

O que mais me assombra aqui? Nós estamos prevendo para o ano de 2025, que será concedido – a soma da aplicação do IPCA, que é o maior índice que as entidades

sindicais, tanto de trabalhadores e empregados, usam – um aumento único de 5%. Então nós estamos prevendo o IPCA, o maior índice de aumento que tem da inflação, mais 5% de aumento real. Nós demos o INPC, oferecemos aos municipais de Porto Alegre, mediante as condições financeira da categoria, o INPC parcelado. Várias categorias estão fechando. Aí nós queremos incluir no aumento do táxi, que começou a competir com os aplicativos, o maior índice de correção e mais 5% de aumento real. Que táxi nós queremos fazer na cidade de Porto Alegre? Do montante do projeto, todos nós somos a favor: carro elétrico, poder estacionar – tudo isso nós somos a favor. Agora, queremos discutir essas questões, queremos discutir, porque é necessário nós sabermos que tipo serviço de transporte individual de passageiros vamos ter na cidade de Porto Alegre. Hoje, além dos aplicativos, nós começamos a ter as motos transportando pessoas. Então tem que ver que tipo de táxi que nós queremos, para, depois, não vir aqui para a Câmara... Tenho certeza que a população de Porto Alegre, usuários de taxistas, que voltaram a usar muito táxi na cidade de Porto Alegre, não vão suportar esse aumento do IPCA, que é o índice mais alto que tem de reajuste, juntamente com 5% de aumento real – isso é incabível. E também a dificuldade que terá os motoristas de táxi de adquirir carros elétricos, sendo que os carros totalmente elétricos só têm duas empresas que o fazem, com bagageiro acima de 200 litros, que seriam os 280 litros que estão aqui. Então nós fizemos, um grupo de vereadores, um apelo à categoria e ao Ver. José Freitas, que deixe para votar esse projeto... Nós assumimos o compromisso

de ser o primeiro da segunda-feira que vem, para nós termos tempo de discutir junto com o autor, de construir emendas junto com o autor, para que esse projeto importante para a categoria dos taxistas, principalmente a questão do carro elétrico, do pagamento por Pix, coisas que colocam a categoria em condições iguais aos aplicativos, seja aprovado nesta Casa. Agora, esse aumento do IPCA mais 5% de aumento real e limitando o bagageiro a 280 litros realmente nós queremos discutir muito nesta Casa antes de votar um projeto que, daqui a pouco, nós seremos a acusados da dificuldade dos táxis em Porto Alegre terem passageiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O diretor Luiz Afonso vai apregoar as emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, ao PLL nº 573/23.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, à Emenda nº 01 ao PLL nº 573/23. Não há necessidade do envio às comissões porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário, ao PLL nº 159/18.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 159/18 à apreciação das

comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Eu faço um requerimento, Sr. Presidente, solicitando o adiamento da discussão deste projeto, por duas sessões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. José Freitas, o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01, ao PLL 573/23. (Pausa.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estamos em processo de votação, vereadora. (Após a apuração nominal.) 14 votos **SIM** e nenhum voto contrário. Mais este Presidente, que não vota, são 15 presenças. Não temos quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e está encerrada esta sessão.

(Encerram-se os trabalhos às 17h10min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *